

# Leis de Diretrizes e Bases

*Histórico e características*

POLÍTICA  
EDUCACIONAL  
BRASILEIRA

A LDB - Lei de Diretrizes e Bases é um instrumento normativo fundamental para definição de um sistema nacional de educação, pois é através dela que ocorre toda a instrumentalização e normatização dos processos educacionais nacionais.

Histórico da LDB:

- 1930 – Criação do Ministério da Educação e Saúde Pública;
- 1932 – Publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova;
- 1934 – A educação passa a ser vista, pela constituição, como direito de todos;
- 1934 a 1945 – Reformas no ensino secundário e universitário;
- 1953 – Desmembramento do ministério da saúde e da educação, nascendo assim o Ministério da Educação e Cultura (MEC);
- 1960 – Sistema de ensino centralizado no MEC;
- 1948 a 1961 – debates para a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB);
- 1961 – Aprovação da 1ª Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei 4024/61;
- 1962 – Criação do salário Educação, fonte de recursos para a educação;
- 1968 – Reforma universitária na LDB;
- 1971 – Aprovação da 2ª LDB – Lei 5692/71, na qual foi incluso a obrigatoriedade da educação dos 7 aos 14 anos;
- 1985 – Criação do Ministério da Cultura;

- 1992 – O MEC vira o Ministério da Educação e do Desporto;
- 1995 – O MEC passa a ser responsável somente pela educação;
- 1996 – Aprovação da 3ª e atual LDB – Lei 9394/96, onde passa a constar a educação infantil e a formação do profissional da educação;
- 2006 – o Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério) vira Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica)
- 2007 – Criação do PDE

# Principais características da Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96:

- estabelece que todo cidadão brasileiro tem o direito ao acesso gratuito ao Ensino Fundamental (9 anos de estudo);
- aponta para que este direito seja, gradativamente, levado também ao Ensino Médio;
- determina a função do Governo Federal, Estados e Municípios no tocante a gestão da área de educação;
- estabelece as obrigações das instituições de ensino (escolas, faculdades, universidades, etc);
- determina a carga horária mínima para cada nível de ensino;
- apresenta diretrizes curriculares básicas;
- aponta funções e obrigações dos profissionais da educação (professores, diretores, etc.).